

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M F DO NASCIMENTO BRITO — Presidente do Conselho
J A DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

AM
RJ

MAURO GUIMARÃES — Diretor

MARCOS SA CORRÉA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

Herança Vazia

Vem por aí um bloco parlamentar que o governo pretende sustentar com as vitaminas administrativas que garantiram na Constituinte a consolidação do presidencialismo e a definição do mandato de cinco anos. Os compromissos serão feitos sobre um programa econômico, social e administrativo para gerir as dificuldades este ano e colher os resultados em 89. Os dois tempos calculam a impopularidade agora e um faturamento eleitoral na sucessão de governo, ano que vem.

Em tese, parece perfeito. Na prática, entretanto, deixa a desejar. Não é por acaso que já se fala na supressão do pleito municipal este ano. A baixa de popularidade oficial, com a administração de remédios amargos nos próximos meses, leva de volta ao velho raciocínio restritivo: o adiamento de eleições que é, em si, expediente desmoralizante e inaceitável. A mobilização de uma enorme máquina de votação no Congresso, movido por interesses fisiológicos, injeta descrédito na democracia a pretexto de protegê-la.

A questão partidária continua a depender da coragem de enfrentá-la sem as facilidades de estilo e, portanto, com os riscos eleitorais sem os quais é inútil falar em democracia. A etapa de transição que se chamou Nova República não avançou em relação à última fase militar. Entramos por uma via de retrocesso desde que o PMDB se tornou partido praticamente único. Todos os demais se reduziram a pequenos partidos. O resultado está aí, na própria Constituinte que reserva ao PMDB uma duplidade política e ideológica altamente perigosa.

Qualquer decisão que implique tomada de posição política e ideológica opõe o PMDB ao PMDB: cada um dos seus grandes grupos se compõem com os pequenos partidos. Foi assim à esquerda, até que o anteprojeto de constituição gerou o Centrão à direita, tendo como núcleo uma substancial contribuição do PMDB. Repetiu-se a dose na votação do presidencialismo e do mandato de cinco anos. Está provado que a democracia não funciona com um partido tão majoritário sem a convicção do que seja essencial. E se fosse monolítico, também não serviria à democracia.

A falta de organicidade do PMDB é o reflexo de um quadro político rarefeito e de uma herança vazia. O autoritarismo fez um grande mal à vida política brasileira, favorecendo a simulação de uma atividade representativa que era apenas mímica. Na hora em que a nação precisou da política, o que se viu foi a ilustração dramática da escassez de valores. A própria renovação parlamentar refletiu o vazio político: não eram os melhores que se elegiam, porque os mais habilitados tomaram outro rumo. A política ficou para os outros. A Constituinte refletiu o clímax dessa desqualificação.

O bipartidarismo, de exclusiva responsabilidade autoritária, revelou-se um malogro completo e deixou um custo a saldar. Em 1965 o governo militar foi compelido, pelas suas contradições, a liquidar os partidos fundados em 45 e a substituí-los por apenas dois. Um com a função de fazer a sustentação parlamentar do governo e outro para fingir uma função oposicionista. A Arena e o MDB fingiam ambos que eram partidos, e enganavam o eleitorado. O poder não era acessível à oposição e, em consequência, tudo foi simulação inconsequente. A própria Arena crescia, mas era ociosa. Engordou no poder. O Congresso fartou-se em privilégios que, graças à censura, não vinha ao conhecimento público.

Mais adiante, o quadro partidário alargou-se com a franquia concedida, já neste decênio, ao aparecimento de novas agremiações políticas. Surgiram os pequenos partidos mas não prosperaram. O jogo principal era feito pelo PDS, que foi o novo nome da Arena, e o PMDB, que era o mesmo partido acrescido de um P na sua sigla. As eleições diretas (estaduais) de 1982 não modificaram substancialmente o quadro. As de 86 também não, exceto que se inverteu a mão: o PMDB tornou-se tão majoritário quanto era o antigo PDS, mas o PDS não ficou do tamanho do velho MDB. Piorou a situação. Atrofiou-se e nivelou-se com os pequenos partidos. Perdurou, ao longo de todo esse período, o risco de acabarmos com um partido único de fato e alguns pequenos que simulavam o pluripartidarismo.

A verdade que aflora como conclusão é que o Brasil só contou com partidos políticos dignos de serem reconhecidos como tendência política autêntica a partir de 1945. Dois deles surgiram ao acabar do Estado Novo com uma representatividade que se acentuou pelo passar do tempo e as práticas eleitorais. Eram os maiores. A UDN e o PSD foram marcos definitivos da nossa evolução política, pois resgataram as raízes da tradição firmada desde os primeiros tempos da República. Nada os superou em organização e representatividade. A UDN nasceu como frente política de tendências oposicionistas. Dela derivaram uma esquerda democrática, um Partido Libertador parlamentarista e o Partido Republicano que eram pequenos mas irredutíveis. Os males da UDN decorreram dessa condição original e insuperável. O PMDB repetiu a experiência, embora com um êxito pela metade, que foi a eleição do presidente da República no colégio eleitoral em 85. Não tem solução, como não teve a UDN. Mais importante do que esse partido extinto, foi o sentimento social por ele representado no plano político — e que existe até hoje como sintoma da classe média.

Já o PSD organizou-se com os homens que sustentaram nos Estados a ditadura de 37 e disputaram os instrumentos do poder. Sobressaíram os talentosos e competentes, com destaque político. A experiência do poder foi um cabedal precioso para o PSD, que se constituiu numa força de estabilização mais conservadora que liberal. A sua representação veio se reduzindo lenta mas continuamente ao longo do regime de 46, para ocupar um lugar histórico que lhe estava garantido. Legou também um padrão político que vale por si mesmo e identifica um comportamento nacional permanente.

Entre o udenismo e o pessedismo, surgiu-se um terceiro padrão, que não chegou a se aprimorar. O PTB não era a rigor, um partido trabalhista. O seu conteúdo se definia como petebismo, em estreita relação com o mecanismo do poder na área do ministério do Trabalho. Ao criar o PTB, Getúlio Vargas teve em mira movimentar-se com dois partidos: um na área conservadora e outro no meio sindical. O PSD escapou-lhe logo ao controle, mas o PTB atendeu às suas necessidades. Não precisou formalmente do apoio do PSD em 1950 para voltar ao poder. Os chefes pessedistas o sufragaram em confiança. Enquanto foram aliados, o PSD e o PTB garantiram o regime.

Havia outros partidos, que abrigavam tendências minoritárias, mas não chegaram a fazer história. Não foi pelos partidos que o regime de 46 malogrou. Apesar de serem as mais autênticas peças da política brasileira, não puderam sair o país de uma situação gerada pela imperícia política, a ambição imoderada e a demagogia institucionalizada. A crise prevaleceu. Os governos militares também não acertaram, porque sem correspondência política a economia não faz milagres. O bipartidarismo não deu certo nas restrições políticas que pesavam sobre a sociedade. Aboliu-se o AI-5, alargou-se o quadro partidário. Nada. O PMDB não se divide nem se une. É um trambolho.

É nesta situação que a Constituinte se exorciza por falta de autenticidade. O PMDB não é governo nem oposição, tem a ubiquídua ideológica que lhe facilita estar ao mesmo tempo na esquerda e na direita. O governo se deixa levar pelas mesmas aparências do passado, quando se programa para organizar uma base de sustentação parlamentar. Por que não um partido, como largada para uma empreitada realmente democrática? Não há restrições. Tanto melhor para um sistema de governo que é aliciador pela própria natureza: o presidencialismo é a utilização política do governo.

A verdade, mais uma vez, é dolorosa: o presidencialismo não está interessado em fundar partidos, porque tem medo de perder o controle sobre eles. Prefere mantê-los cativos de favores e privilégios, como dependentes. E assim, depois de tudo que se passou, diante de uma oportunidade de tomar o rumo da democracia, imperceptivelmente corremos o risco de assistir ao seu funeral. Num presidencialismo sem peias, uma base parlamentar de sustentação do governo pode ser de fato um partido único. E com o partido único não se faz uma democracia. No máximo um regime autoritário. Se tanto.